

Sócia de consultoria assessoria o PT

Maria Carmem Castro entrega cargo e José Eduardo Dutra diz que, se a empresa for de lobby, há 'contradição ética'

FERNANDO PAULINO NETO

A assessora técnica do gabinete da liderança do Bloco das Oposições no Senado Federal, Maria Carmem Castro Souza, é sócia da Logos Consultoria Política e Legislativa, que prestava serviço de acompanhamento e confecção de projetos para a Alanac (Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais), caracterizando um conflito entre o interesse público e o privado. Ela colocou seu cargo à disposição do líder do Bloco de Oposições no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), ao tomar conhecimento da reportagem do **Jornal do Brasil** sobre o assunto.

Maria Carmem confirmou ser

sócia da empresa, juntamente com Síssi Santos Pereira, assessora técnica do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), mas disse que não trabalhava lá. Ela afirmou desconhecer que a empresa tivesse contrato com a Alanac ou a que atividades se prestava. "Eu trabalho 24 horas por dia no Senado", afirmou.

Síssi Santos Pereira, que também afirma que não trabalhava diretamente na Logos, mandou faxes para a Alanac, em 1999, informando atividades do senador e utilizou, inclusive, papel com o logotipo do Senado Federal. A empresa ainda tem outros sócios, Evelyn França Maurer, funcionária aposentada do Senado, e José Moreno Junior, fi-

lho de Síssi, que tocam o dia a dia da empresa. Empresas de consultoria e acompanhamento parlamentar podem ocultar ações de lobby, mas não há confirmação de que a Logos faça este tipo de atividade.

Explicações—O senador José Eduardo Dutra disse, por telefone, de Aracaju, não ter conversado detalhadamente, ainda, com sua assessora sobre o assunto e, portanto, não daria sua opinião. Disse apenas que Maria Carmem disse a ele que não trabalhava na empresa em que era "cotista".

Dutra disse que, falando em tese, do ponto de vista institucional, "não está dado qual a função exata da empresa", mas afirmou que, "se for uma empresa de lobby, há

uma contradição ética nisso aí".

O senador petista disse ainda que é difícil definir o que é lobby no país, pois não há regulamentação sobre o assunto. Por isso mesmo preferia não se pronunciar sobre o fato específico.

Maria Carmem foi contratada para o gabinete quando foi criado o Bloco das Oposições, em 1995, pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Segundo Dutra, Maria Carmem havia informado Suplicy, à época, de que tinha a empresa.

Prática—A denúncia sobre a servidora Síssi Santos Pereira e sua sócia jogou luz sobre uma das atividades mais praticadas na Esplanada dos Ministérios, em especial no Congresso Nacional: o lobby. Um

trabalho que parlamentares chamam em seus projetos de regulamentação de "atividades de representação de interesses". Os lobistas têm passe livre nos gabinetes de parlamentares, nas comissões, no plenário do Senado e da Câmara. Mas, ao contrário do que acontece em outros países, não há uma lei que coloca regras neste trabalho.

"O problema não é o lobby. É a falta de transparência", critica o deputado Ronaldo Vasconcelos (PL/MG), autor de um projeto para regulamentar este setor. Vasconcelos propõem que os lobistas tenham um crachá e precisem de autorização para circular pelos corredores do poder. "É legítimo ter pessoas com a função de de-

fender interesses de categorias específicas. Mas é justo a gente saber quem eles são e o que defendem", explica. O projeto de Vasconcelos é inspirado numa proposta do vice-presidente Marco Maciel, apresentado quando ele era deputado federal.

A acusação contra Síssi e sua sócia pode resultar em uma sindicância ou inquérito. Segundo Paulo, as duas pode ser enquadradas no artigo 117 da Lei 8112 que proíbe o servidor público de valer-se do cargo em benefício próprio ou exercer funções externas incompatíveis com função pública.

Colaborou Tina Vieira